

MPC•PR EM FOCO

Este boletim tem como objetivo fazer uma retrospectiva dos principais acontecimentos relacionados à nossa instituição no mês anterior. A seguir você encontrará informações sobre decisões, acompanhamento processual, agenda institucional, eventos, cursos e outras generalidades.



1. Acompanhamento processual

CONSULTAS

Consulta esclarece requisitos para pagamento de 13º salário de vereadores

- Município de São Jerônimo da Serra - Processo nº 367927/25
- Parecer Ministerial nº 245/2025
- Acórdão nº 2986/25

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) contribuiu para a definição de uma nova orientação do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) a respeito do pagamento do 13º subsídio a vereadores. A decisão, originada de uma Consulta da Câmara Municipal de Maringá, estabelece as condições para o eventual parcelamento da verba.

No Parecer nº 245/25, o MPC-PR acompanhou o entendimento sobre a constitucionalidade da gratificação natalina, desde que esteja prevista em lei específica de fixação de subsídios. Adicionalmente, o órgão sinalizou a necessidade de que o pagamento antecipado em parcelas seja estritamente proporcional ao período de exercício do mandato. Esta observação visa impedir adiantamentos a agentes que venham a se desligar antes do final do exercício.

Em análise complementar, a Procuradoria-Geral do MPC-PR examinou a situação de Maringá, identificando a ausência de autorização legal válida para o 13º subsídio na legislatura 2025/2028, por possível inobservância à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O MPC-PR sugeriu a comunicação dos fatos ao Ministério Público Estadual (MPPR) para eventual proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

No julgamento de mérito (Acórdão nº 2986/25), o TCE-PR acolheu a essência do posicionamento do MPC-PR. O Tribunal firmou que é possível o pagamento do 13º subsídio em duas parcelas, observando os limites legais.

Resposta:

1. Não é admissível – com fundamento em simples aplicação analógica da autorização legal destinada aos servidores estatutários – o pagamento antecipado do 13º subsídio na mesma data em que o recebem os servidores municipais;
2. Admite-se o pagamento proporcional do 13º subsídio aos vereadores em duas parcelas, a primeira em junho e a segunda em dezembro, desde que:
3. Não exista previsão legal específica determinando o pagamento em parcela única;
4. Haja previsão expressa dessa forma de pagamento em lei específica que trate exclusivamente do subsídio dos vereadores, em razão da natureza diferenciada do cargo de agente político; e
5. O pagamento corresponda estritamente ao valor proporcional ao período efetivamente exercido, de modo a evitar adiantamentos indevidos a agentes que não permaneçam no cargo até o final do exercício.

REPRESENTAÇÃO DO MPC-PR

MPC-PR Apresenta Representação contra Marmeleiro por Irregularidades em PSS para Cargos Permanentes

A 1ª Procuradoria de Contas do MPC-PR instaurou a Representação nº 677446/25 contra o Município de Marmeleteiro para apurar indícios de ilegalidade no Processo Seletivo Simplificado (PSS) – Edital nº 164/2025. A ação teve origem em denúncia que questionava, especificamente, a contratação temporária para o cargo de Procurador Jurídico.

A análise realizada pelo Núcleo de Análise Técnica (NAT) e aprofundada pela 1ª Procuradoria de Contas, confirmou que o edital previa a admissão temporária para uma série de cargos de natureza permanente e estrutural, como Procurador Jurídico, Contador, Engenheiro Civil e Professor. O MPC destacou que tal prática é contrária à regra constitucional do concurso público (Art. 37, II, CF), uma vez que não foi identificado no edital a motivação concreta de excepcionalidade ou emergência que justificasse o uso do PSS.

O órgão reforçou o entendimento consolidado na jurisprudência do TCE-PR (Prejulgado nº 6) e do Supremo Tribunal Federal, que exige o provimento por concurso público para funções típicas de Estado, como a de Procurador Jurídico (Art. 132, CF/88). O MPC-PR também identificou falhas no planejamento administrativo municipal, revelando a existência de vagas disponíveis para provimento efetivo, o que demonstra o desvirtuamento do PSS como meio rotineiro de ingresso no serviço público.

Diante disso, a Procuradoria de Contas requereu o recebimento e procedência da Representação, solicitando a aplicação de multa ao gestor, a expedição de determinações para que o Município dê continuidade ao concurso público já iniciado e, principalmente, se abstenha de prorrogar as contratações irregulares do PSS.

O Relator, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, acolheu o pleito do Ministério Público de Contas, proferindo o Despacho nº 1571/25 que recebeu a Representação. O Relator concordou que há indícios robustos de irregularidade, notadamente em relação ao cargo de Procurador Jurídico, cuja situação no Portal da Transparência indicava um cargo efetivo como "em extinção", evidenciando uma possível conduta voltada a afastar a exigência de concurso.

Como medida inicial, o Relator determinou a citação do Município de Marceleiro e do Prefeito Jander Luiz Loss para que, em 15 dias, apresentem defesa e comprovem a motivação emergencial específica para cada cargo no PSS, além de esclarecerem o real status da carreira de Procurador Jurídico. O processo aguarda manifestação dos interessados para o prosseguimento da análise e julgamento de mérito.



2. Projetos Especiais

MPC-PR Emite Recomendação Administrativa para Reforçar Transparência e Previsão Orçamentária de Precatórios

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) reforçou sua atuação orientativa junto aos gestores públicos municipais com a emissão da Recomendação Administrativa (RA) nº 002/2025-GPGMPC. O objetivo central é assegurar a gestão eficiente dos precatórios — as requisições de pagamento de dívidas judiciais definitivas da Fazenda Pública — garantindo os direitos dos credores e preservando o equilíbrio fiscal dos Municípios.

A RA nº 002/2025, a segunda do tipo, integra uma série de medidas do MPC-PR para aprimorar o cumprimento do Artigo 100 da Constituição Federal, que exige o pagamento dos débitos em ordem cronológica e a adequada previsão orçamentária. A Recomendação, direcionada a Prefeitos, Procuradores, Controladores Internos e Câmaras Municipais, exige a adoção de medidas rigorosas para inclusão integral dos valores de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026.

Principais Ações Recomendadas:

- Prefeituras: Devem elaborar uma relação completa e cronológica dos precatórios, garantir previsão orçamentária suficiente para a quitação integral e encaminhar a lista e a LOA aprovada ao MPC-PR em até 30 dias.
- Procuradorias e Controle Interno: Devem certificar a exatidão das dotações e informar sobre eventuais causas impeditivas ou suspensivas de pagamento.
- Câmaras Municipais: Devem condicionar a pauta da LOA à integralidade dos créditos necessários e garantir a ampla publicidade da Recomendação.

O novo ato administrativo do MPC-PR baseia-se em análises prévias que revelaram falhas persistentes na administração desses débitos. Em setembro, o Núcleo de Apoio Estratégico (NAE) do MPC-PR concluiu o 4º Relatório de Análise Técnica de 2025, que avaliou as respostas de 334 Municípios à RA anterior (nº 001/2024).

O Relatório, que serve como instrumento técnico e pedagógico, apontou insuficiência de recursos orçamentários e deficiências na transparência e padronização técnica dos pareceres. O MPC-PR destacou que, segundo dados do CNJ, a dívida total de precatórios dos Municípios Paranaenses alcançava R\$ 2,43 bilhões em dezembro de 2024, evidenciando o significativo descumprimento das obrigações judiciais.

A Recomendação Administrativa nº 002/2025 consolida o posicionamento preventivo e fiscalizador do MPC-PR, que busca modernizar a gestão municipal com foco no rigor fiscal e na transparência, evitando sanções aos gestores e garantindo o cumprimento das obrigações constitucionais. O documento orienta formalmente os entes municipais sobre as ações necessárias para assegurar a inclusão e o pagamento dos precatórios na LOA 2026, com monitoramento direto por parte do Ministério Público de Contas.

MPC-PR intensifica articulações para fortalecer Defesas Civis Municipais e amplia rede com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) vem consolidando, nos últimos dois anos, uma agenda de articulação interinstitucional para apoiar os Municípios do Paraná na estruturação de suas Defesas Civis e na prevenção de desastres climáticos. No momento também estão sendo viabilizadas, pelo Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger, e pela Diretora-Geral do MPC-PR, Barbara Krysttal Motta Almeida Reis, a articulação com instituições a fim de gerar uma matriz de responsabilidade e fortalecimento das bases de dados, cujo principal objetivo é garantir a clareza das atribuições, facilitar a comunicação e a prestação de contas dentro da administração pública.

As servidoras envolvidas no Projeto — Cecília Passos Brandão, Mykaella Ribeiro Mello, Suiane Volpato de Oliveira Zanardi e Viviane da Costa Suckow — participaram de eventos estratégicos que aproximaram o MPC-PR de autoridades da Defesa Civil e de outras instituições parceiras, criando condições para troca de experiências, dados e informações, além de integração e expansão de parcerias operacionais.



Registro realizado durante o evento “1ª Conferência do Clima no Paraná”, dia 26 de novembro, no Auditório Regina Casillo.

Como surgiu o projeto

Concebido para responder ao aumento de eventos climáticos extremos e ao desafio de preparar as cidades para agir com rapidez e prevenir desastres, o projeto do MPC-PR foi desenvolvido pelo Procurador-Geral Gabriel Guy Léger junto ao servidor Fernando Aquino Scaliante, responsável pela operacionalização. Como parte do planejamento, foi realizado um diagnóstico inicial das estruturas municipais, seguido da emissão de Recomendações Administrativas para ajustes e correções na gestão. As ações buscam avaliar o planejamento, a organização e a execução da Defesa Civil local, sendo que nesta fase inicial, foi priorizada a análise por amostragem de um conjunto de municípios do Norte do Estado.

A proposta também está alinhada com a “Carta de Macapá”, manifesto nacional dos Ministérios Públicos de Contas (MPCs) que conclama a atuação coordenada pela sustentabilidade ambiental e a segurança climática, reforçando a urgência de políticas preventivas e o fortalecimento das Defesas Civis nos Municípios.

Capacitação contínua

A participação nesses eventos tem gerado ganhos concretos para o Projeto Especial do MPC-PR, a partir do melhor entendimento das informações meteorológicas (radar, satélite e detecção de raios), ao ciclo municipal de prevenção, melhorando planejamento e prontidão perante temporais e deslizamentos.

Ainda, a aproximação das lideranças operacionais facilita a cooperação entre instituições, possibilitando o desenvolvimento de ações estratégicas voltadas à orientação dos gestores, como por exemplo, sobre a decretação de situação de emergência ou calamidade pública, a qual é imprescindível para a liberação de recursos ao Município e à população afetada.

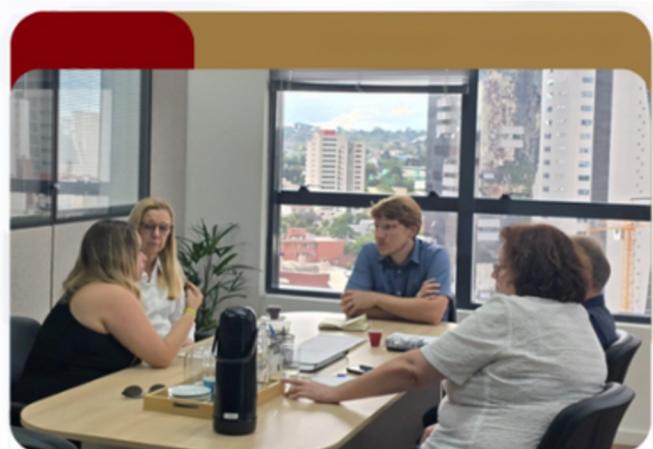


3. Agenda Institucional

- MPC-PR Apresenta Diagnóstico de Maturidade do Controle Interno em Reunião com a CGM de Curitiba

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) intensificou sua articulação com o controle municipal ao ter sua diretora-geral, Barbara Krysttal Motta Almeida Reis, recebida pela Controladoria-Geral do Município de Curitiba (CGM). O encontro, realizado na quarta-feira (29/10), teve como foco o Diagnóstico de Maturidade do Controle Interno dos Municípios do Paraná.

O diagnóstico, coordenado pelo MPC-PR e com alcance estadual (mapeando os 399 municípios), visa avaliar a maturidade das estruturas de controle interno e de governança. A metodologia utilizada é desenvolvida pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) em parceria com o Banco Mundial.



A diretora-geral ressaltou a importância de elevar a maturidade dos controles internos como condição indispensável para que as rotinas e processos institucionais sustentem resultados consistentes, precedendo a própria exigência de programas de integridade. O levantamento, de caráter colaborativo e preparatório, identifica boas práticas e fragilidades. Com ele, o MPC-PR subsidiará a emissão de orientações, recomendações e indicações de qualificação para o aprimoramento do controle interno, em aderência a referências como o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC/TCU) e padrões internacionais.

O MPC-PR está planejando as ações subsequentes ao diagnóstico, como a criação do Selo de Integridade dos Municípios. Essa iniciativa está em convergência com a atuação conjunta nacional de Ministérios Públicos e Tribunais de Contas e com a Resolução do CNMP nº 305/25. A reunião serviu também para fortalecer a parceria institucional:

- Curitiba apresentou projetos correlatos em andamento, como a adesão contínua ao PNPC desde 2021.
- A diretora Barbara Krysttal Motta Almeida Reis confirmou sua participação como palestrante no 2º Seminário da Controladoria-Geral do Município, agendado para 13/11/2025, o que reforça o apoio do MPC-PR à promoção da governança e integridade pública.

O encontro representou uma etapa da estratégia do MPC-PR de utilizar o diagnóstico de maturidade como ferramenta de fiscalização e orientação proativa, visando a elevação dos padrões de controle e a promoção da integridade pública em todos os municípios paranaenses.

- **MPC-PR Debate Reforma Administrativa e Controle Interno em Simpósio Nacional**

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) marcou presença no Simpósio Nacional de Gestão de Pessoas no Setor Público (SINAGEP), realizado em 06/11 sob o tema “Desvendando a Reforma Administrativa: Novas Perspectivas e Soluções Práticas”. A participação reafirmou o compromisso da instituição com a modernização e o debate qualificado sobre a administração pública.

A instituição foi representada pelo Procurador-Geral, Gabriel Guy Léger, e pela Diretora, Barbara Krysttal Motta Almeida Reis, que atuaram ativamente nos painéis do evento, que teve como objetivo qualificar o debate e subsidiar decisões locais. A participação do MPC-PR no SINAGEP demonstrou a posição ativa da instituição na discussão de temas cruciais como concursos públicos, avaliação de desempenho, remuneração por produtividade e planejamento estratégico de Recursos Humanos.

As falas dos representantes orientaram os participantes sobre a necessidade do cumprimento imediato das normas constitucionais vigentes relativas aos servidores e sobre o papel estratégico do Controle Interno como ferramenta de integridade na gestão de pessoas.

- **Projetos Especiais do MPC são destaque em evento sobre transparência e controle social**

O MPC-PR participou, em 11 de novembro, da última edição de 2025 do “Café com Ouvidoria”, iniciativa promovida pela ParanaPrevidência. O evento reuniu cerca de 150 participantes em formato híbrido e contou com a presença do Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger, e da Diretora Barbara Krysttal Motta Almeida Reis.

Durante a palestra “Transparência e Controle Social: Da Informação à Ação – Projetos Especiais do MPC-PR”, foram discutidos os pilares da transparência pública, entre eles a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), os portais da transparência e os rankings e ferramentas de buscas que estimulam boas práticas e facilitam o acesso. Além disso, foram apresentados os principais eixos de atuação do MPC-PR, com destaque para iniciativas voltadas à fiscalização de políticas públicas, educação fiscal, controle interno, sustentabilidade, acessibilidade, governança e inovação.



Na foto, a Diretora-Geral do MPC-PR, Barbara Krysttal; o Procurador-Geral, Gabriel Guy Léger; a Ouvidora da ParanaPrevidência, Enoy de Fátima; e o Diretor-Presidente, Felipe Vidigal.

Na abertura do evento, a Ouvidora da ParanaPrevidência, Enoy de Fátima Cantelmo, ressaltou a importância de encontros como este, que criam espaços de diálogo essenciais para o aprendizado e a reflexão no ambiente de trabalho. Ela destacou, ainda, que "a iniciativa reforça o compromisso da ParanaPrevidência com as boas práticas". Enoy aproveitou para informar que a Ouvidoria da ParanaPrevidência é a primeira do Estado a publicar o Manual da Lei de Acesso à Informação, elaborado em parceria com o Compliance e aprovado pelo Conselho Diretor da Instituição.

Outras ouvidorias do país já solicitaram o Manual embasar a elaboração de seus respectivos manuais. O Diretor-Presidente da instituição, Felipe Vidigal, também ressaltou a importância de momentos que possibilitem a discussão acerca da governança e das melhorias nos processos internos. Participaram do Café com a Ouvidoria a Ouvidora Geral do Estado do Paraná, Letícia Dohms, e os diretores da ParanaPrevidência, Daniel Berno (Administração), Jefferson Zaneti (Jurídico) e Gustavo Cimbalista de Alencar (Finanças e Patrimônio).

- **Servidores contribuem com artigos técnicos para obra nacional sobre gestão fiscal municipal**

Servidores do Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) marcaram presença acadêmica com a publicação de seus artigos na coletânea “Gestão Fiscal Municipal: Tributação, Orçamento e Gasto Público – Volume 10”. A obra é resultado do Seminário Nacional de Gestão Fiscal Municipal (SENAM), em parceria com a editora Quartier Latin, e reúne estudos técnicos sobre a administração fiscal no âmbito municipal.

Nesta edição, o MPC-PR contribuiu com dois artigos que abordam temas estratégicos para a fiscalização e gestão municipal:

"Gestão de Pessoal na Administração Tributária Municipal: Diagnóstico, Fragilidades e Perspectivas de Aperfeiçoamento" > Autores: Procurador-Geral, Gabriel Guy Léger, Fernando Aquino Scaliante, e Letícia Veny Mendes de Souza. Foco: O estudo apresenta um diagnóstico e aponta caminhos para a melhoria da gestão de recursos humanos nas áreas de arrecadação dos municípios.

"A Cidade e os Criptoativos" > Autora: Barbara Krysttal Motta Almeida Reis. Foco: O artigo explora a relação entre as cidades e a tecnologia de criptoativos, um tema de vanguarda que impacta o cenário fiscal e econômico local.

A publicação dos artigos reforça o compromisso do MPC-PR com a produção de conhecimento técnico e especializado, subsidiando o debate nacional e as ações de fiscalização. O lançamento oficial da obra ocorrerá durante a edição conjunta do XXXVI Congresso Nacional da FENAFIM e do XIII SENAM, realizada de 12 a 14 de novembro em São Paulo.

- **2º Seminário da Controladoria-Geral do Município de Curitiba (CGM)**

Nesta quinta-feira (13/11), a Diretora-Geral do Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR), Barbara Krysttal Motta Almeida Reis, participou como palestrante do 2º Seminário da Controladoria-Geral do Município de Curitiba (CGM), realizado no Centro de Eventos Imap Barigui.

Com o tema “Sistematização do Controle Interno, da Transparência, da Ouvidoria e das práticas de prevenção anticorrupção”, a apresentação abordou a importância da integração entre os mecanismos de controle e governança para fortalecer a gestão pública municipal.

Barbara também apresentou estudos e dados nacionais e internacionais que podem ser usadas pelos municípios como referência, como por exemplo às diretrizes da OCDE, que enfatizam a integridade pública como estratégia sustentável de prevenção, bem como os dados do Banco Mundial e do CONACI que revelam fragilidades estruturais nos municípios brasileiros relacionadas as unidades centrais de controle interno.

Além disso, destacou a ausência de regulamentações e práticas voltadas à proteção de dados pessoais, evidenciando que muitos municípios ainda não implementaram mecanismos de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Durante a palestra também foi apresentado o “Projeto Especial: Promoção da Integridade e Combate à Corrupção” do MPC-PR, iniciativa que utiliza ferramentas de inteligência artificial e automação de dados para identificar empresas sancionadas por ilícitos que, mesmo punidas, continuam a firmar contratos com a Administração Pública. O projeto ganhou destaque nacional ao ser premiado no 5º Prêmio INAC de Integridade, na categoria “Tecnologia e Inovação”.

O seminário reuniu cerca de 350 participantes, entre servidores municipais, especialistas, autoridades e gestores públicos. Promovido pela CGM de Curitiba, o evento teve como tema “Desafios e Tendências das Funções de Controle e Governança na Gestão Pública” e contou com painéis e workshops voltados ao aprimoramento técnico e à troca de experiências.

- **Gestão Fiscal em foco: FENAFIM e SENAM promovem evento sobre auditores fiscais tributários**

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) participou da edição conjunta do XXXVI Congresso Nacional da FENAFIM e do XIII Seminário Nacional de Gestão Fiscal Municipal (SENAM), realizada nos dias 12, 13 e 14 de novembro, em São Paulo. Na tarde do dia 13, o Procurador-Geral Gabriel Guy Léger apresentou a palestra “Atuação do Ministério Público de Contas do Paraná junto aos Municípios em face da Reforma Tributária”, destacando os impactos das mudanças no sistema tributário nacional e o papel do controle externo na orientação e fiscalização das administrações municipais. O Procurador Flávio de Azambuja Berti também esteve presente, acompanhando os debates e representando institucionalmente o MPC-PR.



Durante sua fala, o Procurador-Geral também apresentou os projetos especiais e parcerias institucionais desenvolvidos pelo MPC-PR, com destaque para o Acordo de Cooperação Técnica firmado com a @afisco.pr. A parceria permitiu o aprofundamento da análise da administração tributária municipal e viabilizou o lançamento do “Programa Municipal de Educação Fiscal”, iniciativa inédita no Estado, realizado em formato piloto no Município de Jaguariaíva.

Na foto, da esquerda para a direita: o Procurador do MPC-PR, Flávio de Azambuja Berti; o Auditor Fiscal de Curitiba, Willian Oliveira; e o Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger.

- **Ações do MPC-PR e MPC-AM Ganham Destaque em Portal Nacional “MP na COP30”**

As ações do Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) e do Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC-AM) receberam destaque no [portal nacional “MP na COP30”](#), uma iniciativa do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da ABRAMPA.

A plataforma reúne projetos estratégicos de combate à emergência climática e proteção ambiental, em alinhamento com a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30). O objetivo é evidenciar a atuação do Ministério Público brasileiro na fiscalização das políticas públicas ambientais.

O projeto do MPC-PR destacado no portal é a “Estrutura de Proteção e Defesa Civil dos Municípios”, iniciado em 2024. A iniciativa tem como meta avaliar a capacidade operacional das administrações municipais para atuar tanto na prevenção quanto na resposta rápida a emergências causadas por desastres climáticos.

- **Abordagem:** O projeto adota uma abordagem dialógica e pedagógica, buscando conscientizar os gestores sobre a necessidade de medidas preventivas para mitigar impactos e garantir a segurança das populações.
- **Diagnóstico:** Na fase inicial, o MPC-PR avaliou 96 municípios do Norte do Paraná e planeja concluir o diagnóstico dos 399 municípios até o primeiro quadrimestre de 2026. A análise inclui itens como a existência de planos de redução de riscos, equipes estruturadas de Defesa Civil e mecanismos de resposta rápida.
- **Justificativa:** A urgência do projeto é confirmada por um estudo do próprio MPC-PR, que revelou que 137 municípios paranaenses apresentam baixa capacidade de resposta e alta vulnerabilidade a desastres como deslizamentos, enxurradas e inundações.



www.mpnacop30.org.br

O portal também destaca o conjunto de ações do MPC-AM, que atua em uma das regiões mais sensíveis às mudanças climáticas.

- **Fiscalização Rigorosa:** O MPC-AM conduz representações e fiscalizações que visam cobrar do poder público medidas de combate ao desmatamento, controle das queimadas e aprimoramento das políticas de adaptação climática.

- **Exigências Ambientais:** A atuação inclui a fiscalização do órgão ambiental estadual, a exigência de que os licenciamentos considerem impactos climáticos e a cobrança da elaboração de planos de contingência.
- **Compromisso:** O MPC-AM também participa de campanhas nacionais em defesa do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 (ODS 13 – Ação Climática).

O protagonismo do MPC-PR e do MPC-AM reforça o avanço do Ministério Público de Contas na agenda climática. A iniciativa dos Ministérios Públicos busca consolidar uma atuação mais coordenada dos MPs em defesa de políticas públicas ambientais eficazes.

- **Cerimônia de Premiação do Programa Educação Fiscal nas Escolas em Jaguariaíva**

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) e a Associação dos Auditores e Fiscais Tributários Municipais do Paraná (AFISCO-PR) realizaram a cerimônia de premiação do Programa Municipal de Educação Fiscal nas Escolas, do qual Jaguariaíva fez parte do lançamento do projeto-piloto. A iniciativa, a primeira do tipo no Estado, levou atividades pedagógicas sobre cidadania fiscal, orçamento público e controle social a mais de 500 alunos do 1º ao 5º ano.

O evento, realizado no Auditório do TCE-PR, reforçou o compromisso institucional do MPC-PR com a formação cidadã e a boa gestão dos recursos públicos. O Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger, destacou que a iniciativa é um passo significativo para a mudança de cultura sobre a responsabilidade fiscal entre os jovens e possui potencial para ser implementada em todos os municípios do Paraná. Por sua vez, a Diretora-Geral, Barbara Krysttal Motta Almeida Reis, ressaltou o caráter conjunto do trabalho e a capacidade das crianças de disseminar a educação fiscal no âmbito familiar.

O evento contou com palestras do MPC-PR que apresentaram dados de estudos realizados sobre as estruturas de gestão fiscal municipal. O Procurador-Geral abordou a Gestão de Pessoal na Administração Tributária Municipal, destacando as recomendações administrativas emitidas pelo MPC-PR para a reestruturação das carreiras tributárias.

O Procurador de Contas do MPC-PR, Flávio de Azambuja Berti, discutiu os impactos da Reforma Tributária e relatou as diligências que o órgão ministerial tem realizado para a valorização da carreira fiscal nos Municípios, a partir de comunicações da FENAFIM. Em outro momento, tanto o Procurador como o Procurador-Geral, Gabriel Guy Léger, foram homenageados pelo apoio técnico e liderança institucional no projeto, que integra o conjunto de ações do MPC-PR voltadas ao bem-estar da população.

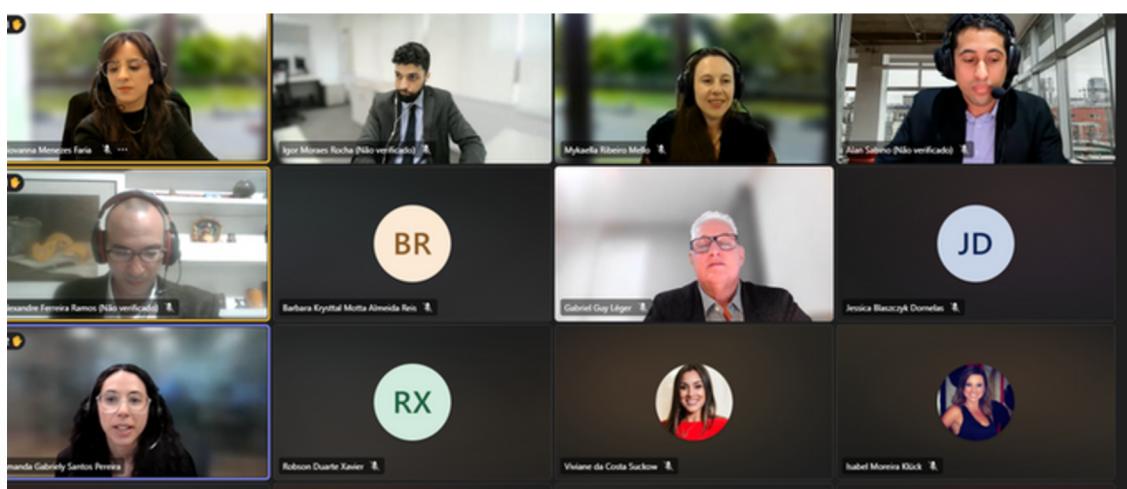


O Programa, que contou com o apoio de diversas instituições como a SEFAZ, Receita Estadual e associações de municípios, premiou estudantes e professores de Jaguariaíva por meio de um concurso de redação. As escolas engajadas receberam o selo de parceria. O sucesso do projeto-piloto em Jaguariaíva pavimenta o caminho para a expansão estadual. O objetivo é alcançar, progressivamente, os 399 municípios do Paraná, consolidando uma cultura de cidadania fiscal baseada na participação e na responsabilidade social, em consonância com as transformações trazidas pela Reforma Tributária.

- **Workshop sobre Inteligência Artificial Aplicada ao Setor Público encerra ciclo de capacitações do MPC-PR**

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) concluiu a série de capacitações do seu Programa Trilhas de Formação e Especialização Avançada de 2025 com o “Workshop Introdutório: Inteligência Artificial Aplicada ao Poder Judiciário”. O evento, realizado online, reuniu especialistas da Universidade de São Paulo (USP) e membros de diversos Ministérios Públicos de Contas para discutir as aplicações, oportunidades e desafios da IA no controle externo e na gestão pública.

O Workshop contou com a participação de especialistas que aprofundaram desde os conceitos técnicos da IA, como modelos LLMs e redes neurais, até as suas implicações jurídicas e éticas.



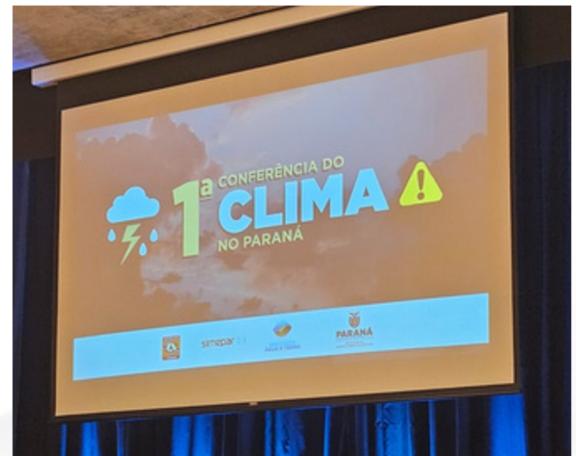
Os especialistas destacaram que as aplicações mais promissoras incluem a leitura automatizada de documentos, a triagem inteligente de processos e o apoio na análise de grandes bases de dados, sempre com a ressalva de que a IA deve ser acompanhada por governança rigorosa e avaliação humana.

Foi reforçado que a IA generativa não deve atuar como "oráculo jurídico", mas sim como ferramenta estratégica de apoio à eficiência. Os palestrantes alertaram sobre os riscos de vieses algorítmicos e "alucinações" (respostas incorretas, porém coerentes), enfatizando que a supervisão humana deve ser permanente, e destacaram que o sucesso da IA no setor público está condicionado à maturidade institucional, à curadoria de dados e à formação técnica contínua.

O último curso de 2025 serviu para o MPC-PR como uma forma de ratificar seu posicionamento em relação ao uso aplicado de novas tecnologias ao setor público, tendo em vista a eficiência. O Programa Trilhas de Formação e Especialização Avançada cumpriu seu papel ao preparar membros e servidores para os desafios contemporâneos de controle e fiscalização. A iniciativa demonstra o compromisso da instituição em manter uma atuação alinhada às novas demandas da Administração Pública e da sociedade, integrando inovação com segurança jurídica e confiabilidade.

- **1ª Conferência do Clima no Paraná**

Diante de um cenário onde eventos extremos se tornam cada vez mais frequentes, a atuação preventiva e a capacidade de adaptação dos municípios paranaenses foram o centro dos debates nesta quarta-feira (26), durante a 1ª Conferência do Clima no Paraná. O MPC-PR foi uma das instituições que marcou presença no evento, que reuniu especialistas e autoridades para discutir estratégias vitais de resiliência e resposta a desastres.



Organizada em parceria pela Secretaria Estadual do Desenvolvimento Sustentável (SEDEST), SIMEPAR, Instituto Água e Terra (IAT) e Defesa Civil do Paraná, a conferência teve como foco instrumentalizar os gestores públicos. O objetivo foi claro: transformar dados técnicos em tomadas de decisão ágeis, garantindo que o Estado não apenas reaja às crises, mas esteja preparado para enfrentá-las com o menor impacto possível à sociedade.

A principal discussão foi sobre a infraestrutura de inteligência climática, oportunidade em que os especialistas do Simepar detalharam o funcionamento da rede de previsão meteorológica, ao passo que a equipe da Defesa Civil informou sobre os protocolos de avisos, alertas e a legislação de assistência humanitária. O evento foi encerrado com orientações sobre o Fundo Estadual para Calamidades Públicas (FECAP), essencial para dar suporte financeiro às ações de resposta e reconstrução.

Representando o MPC-PR, esteve presente o Procurador-Geral, Gabriel Guy Léger; a Diretora-Geral, Barbara Krysttal; e as assessoras Cecília Passos, Mykaella Mello, Suiane Volpato e Viviane Suckow. O evento contou ainda com a participação de diversas autoridades estaduais, incluindo o Secretário do Desenvolvimento Sustentável, Rafael Greca; o Diretor-Presidente do Simepar, Paulo de Tarso de Lara Pires; a Diretora-Executiva do Simepar, Vanessa D'Avila; o Coordenador Estadual da Defesa Civil, Fernando Raimundo Schünig; e o Diretor Executivo da SPVS, Clóvis Schrappe Borges.



Registro realizado durante o evento. Foto: Yuri A. F. Marcinik/Simepar.

BOLETIM INFORMATIVO

MPC • PR

EM FOCO

Novembro de 2025 | Edição nº 58

PROCURADOR-GERAL

Gabriel Guy Léger

PROCURADORES(AS) DE CONTAS

Valéria Borba

Katia Regina Puchaski

Eliza Ana Zenedin Kondo Langner

Michael Richard Reiner

Flávio de Azambuja Berti

Juliana Sternadt Reiner

DIRETORA DO MPC

Barbara Krysttal Motta Almeida Reis

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO

Giovanna Menezes Faria

Mykaella Ribeiro Mello



www.mpc.pr.gov.br



@mpc.pr



@mpc.pr



@CanaldoMPCPR

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Endereço Praça Nossa Senhora da Salete, s/n. - 2º andar do Prédio Anexo ao Tribunal de Contas do Estado - Centro Cívico. | **Canais de Contato** faleconosco@mpc.pr.gov.br / comunicação@mpc.pr.gov.br **Telefone** 3350-1642.